

Estrutura e dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira – 1930/1985.

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP. Professor do Departamento de Economia da UFMA.

Resumo: O artigo que apresentamos é uma síntese do Capítulo 4 de nossa tese de doutoramento, cujo tema discute a dinâmica da indústria de Juiz de Fora, desde suas origens, no quadro de acumulação da economia cafeeira até a crise da industrialização nacional conduzida pelo Estado na década de 1980. Neste estudo queremos mostrar uma visão contrária ao que imagina o inconsciente coletivo daquela cidade, bem como seus formadores de opinião e os estudos que versam sobre o tema, os quais apontam para um sentimento de estagnação econômica e até mesmo de desindustrialização da cidade, no período pós-1930; o que chamamos em nossa tese de o **mito do baú de ossos** em alusão ao livro de memórias do escritor juiz-forano Pedro Nava. A nosso ver, a atividade industrial de Juiz de Fora, não obstante seu caráter *periférico*, apresentou crescimento diferenciado, dentro de um quadro que sempre priorizou a concentração industrial na região central do estado – no entorno da capital Belo Horizonte – recebendo os estímulos diretos e indiretos do processo de industrialização nacional.

Abstract: The present paper is a summary of chapter 4 of our doctorate thesis, which focuses on the dynamic industries of Juiz de Fora, since its origins (from capital accumulation in the coffee economy) until the crisis of national industrialization lead by that State in the 1980's. Our main objective is to raise objections to what its the collective uncounscious and to some studies on the theme, namely that this city became a stagnant economy and even desindustrialized in the post-1930 period. We will name this perspective in our study as the **myth of the bones chest**, based on the book of memories of Pedro Nava, a writer from Juiz de Fora. To our point of view, the industrial activity of that city, despite its *peripheral* trait, underwent differentiated growth, according to the larger framework of industrial concentration in the central zone of Minas Gerais state, Belo Horizonte, through various *stimuli*, direct and indirect, by the national industrialization process.

Introdução

O artigo que apresentamos é uma síntese do Capítulo 4 de nossa tese de doutoramento, cujo tema discute a dinâmica da indústria de Juiz de Fora, desde suas origens, no quadro da acumulação cafeeira até a crise da industrialização nacional conduzida pelo Estado na década de 1980. Neste estudo queremos mostrar uma visão contrária que se imagina o inconsciente coletivo daquela cidade, bem como seus formadores de opinião e os estudos que versam sobre o tema, os quais apontam para um sentimento de estagnação econômica e até mesmo de desindustrialização da cidade, no período pós-1930; o que chamamos em nossa tese de o **mito do baú de ossos**¹, em alusão ao livro de memórias do escritor juiz-forano Pedro Nava.

Ora, Juiz de Fora foi a primeira cidade de Minas Gerais a se industrializar. E, junto com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, constituíam-se nos principais centros industriais do país entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. O crescimento industrial destas cidades esteve vinculado à estrutura de acumulação da economia cafeeira, cujo produto era o carro-chefe de inserção do Brasil no comércio internacional e esteio da “arcaica” economia primário-exportadora nacional. Com a crise desta economia, conseqüência do *crash* internacional de 1929, e que constituiu-se em um dos fatores relevantes para o desencadeamento da Revolução de outubro de 1930, o Brasil se engaja numa economia política industrializante, voltada para a integração do mercado interno, cujas conseqüências foram sentidas ao longo de todo o século XX, transformando a política e a sociedade brasileira em direção a um capitalismo “selvagem”, dependente, concentrador e excludente; marca indelével em nossa sociedade ainda no século XXI.

Tais transformações, obviamente, afetaram a dinâmica da economia de Minas Gerais, que até a década de 1930; não obstante o estado apresentar uma economia agrícola diversificada, esta era ainda pouco mercantilizada, organizada regionalmente de forma precária desprovida de uma infra-estrutura que pudesse integrá-las a um mercado maior; ou mesmo que a atividade agrícola pudesse integrar as “diversas Minas”. Entretanto, a produção cafeeira, que se adentra em território mineiro numa faixa limítrofe com o Rio de

¹ Ver Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de. *...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "Baú de ossos". História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica"*. (Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 2006.

Janeiro, modifica a estrutura agrícola e agrária de, pelo menos uma pequena parte de Minas Gerais, conformando ao longo do século XIX uma região diferenciada das demais que compõem àquele território. Com efeito, o café será o responsável pelo desenvolvimento da Zona da Mata mineira, região situada à sudeste de Minas Gerais.

À medida que o café se consolida como o principal produto de exportação do país na segunda metade dos oitocentos, Juiz de Fora torna-se o elo entre as unidades produtoras e o porto do Rio de Janeiro. É a partir desse momento que vai se modernizando o sistema de transporte – rodoferroviário² –; que se inicia o desenvolvimento de nucleamentos urbanos naquela região; onde Juiz de Fora desponta-se como principal entreposto comercial e logístico, em que parte da acumulação do capital cafeeiro será reinvestida; e com isso, *pari passo*, o setor urbano e industrial vai se constituindo *locus* por excelência para o deslocamento do capital agrário em direção ao comércio, à indústria de transformação, às atividades financeiras³.

É dentro desse contexto que nasce a grande indústria fabril juiz-forana, nas duas últimas décadas do século XIX. Ou seja, por um lado, na esteira das inversões de capital do núcleo agroexportador; de outro, incentivada pelo processo de transição das relações de trabalho, impulsionada pela abolição da escravidão. Sobre este aspecto, desde a década de 1850, com o início da implantação de um sistema moderno rodoviário – Rodovia União & Indústria – a cidade passou a receber imigrantes para trabalhar na construção da estrada, o que modificou, pelo menos em seu espaço urbano incipiente, o regime de trabalho em direção ao assalariamento. A imigração teve participação importante na diversificação econômica do setor urbano, contribuindo assim, tanto para a formação de empresários, quanto – principalmente – para a criação de uma massa de trabalhadores assalariados⁴.

² Sobre a modernização dos transportes na Zona da Mata mineira, consultar: Giroletti, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

³ Sobre a dinâmica da economia cafeeira regional e suas inversões de capital nas atividades urbanas, consultar: Pires, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993. também, Pires, Anderson. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

⁴ Sobre o papel do imigrante no desenvolvimento de Juiz de Fora, existem diversos estudos que utilizamos em nossa tese, o que, devido ao caráter introdutório e sumário do tratamento do tema em tela, seria desnecessário citá-los. Propomos consultar nosso trabalho. Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Op.cit.*, capítulo 3, pp-169-254.

A chegada das ferrovias, em meados da década de 1870, só fez impulsionar ainda mais o crescimento urbano e as atividades assalariadas, consolidando, desse modo, a cidade de Juiz de Fora, como o principal entreposto comercial e logístico de Minas Gerais. A acelerada urbanização⁵ a partir desse período incentivou a construção de grandes fábricas têxteis, cujas atividades iniciaram na segunda metade da década de 1880.

Em linhas gerais, o crescimento da produção e das exportações de café, a urbanização e a abolição da escravidão vão impulsionar o desenvolvimento do setor industrial daquela cidade. Entre 1890 e 1930, Juiz de Fora desenvolveu um parque industrial bastante diversificado, não obstante assentar-se na produção têxtil.

Contudo, comparado aos outros dois principais centros industriais do país no período – Rio de Janeiro e São Paulo – o setor juiz-forano mostrava-se de pequeno porte e limitado à própria dinâmica político-administrativa em que estava inserido. Isto é, enquanto as indústrias do Rio e, principalmente, de São Paulo obtinham incentivos fiscais e mesmo, no caso paulista, se ligava umbilicalmente à dinâmica da expansão cafeeira, em sua transição para uma economia de exportação do tipo capitalista; o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora vinculava-se às possibilidades de realizar sua produção no próprio limite da região em que estava inserida⁶. Ou seja, a produção cafeeira mineira, ao contrário da paulista, não conseguiu integrar a economia mineira como um todo; com isso, dado a precariedade do sistema de transporte da província-estado; do isolamento e desarticulação de suas regiões; e, o mais importante, a evasão fiscal⁷ da região exportadora em direção à capital Ouro Preto e, mais tarde, Belo Horizonte, constituíam fatores impeditivos para o pleno desenvolvimento do setor industrial juiz-forano.

Em suma, podemos afirmar que aí se encontram as origens do desenvolvimento do setor industrial de Juiz de Fora e seus limites. Mas do que isso, é nas três primeiras décadas do século XX que Juiz de Fora viveu, o que os estudiosos e formadores de opinião daquela cidade denominam de sua *belle époque*. A partir da década de 1930, a cidade cairia em ostracismo.

⁵ Sobre os primórdios da urbanização de Juiz de Fora, consultar: Miranda, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1990.

⁶ Não obstante uma parte da produção tivesse alcance em outras praças do país, o principal mercado para a indústria juiz-forana era a região da Mata.

⁷ Sobre esse fator, consultar: Pires, Anderson.. *Café, finanças e bancos... . Op.cit.*

Ora, a nosso ver, o processo de crescimento industrial da cidade há que ser visto de duas maneiras distintas. Ou seja, de um lado, o processo de crescimento nos quadros da economia primário-exportadora, em que se encontram suas origens; de outro, como que o setor industrial daquela cidade se portou ao longo do período “desenvolvimentista nacional”. Posto isto, façamos uma reflexão sobre a dinâmica econômica de Minas Gerais no período pós-1930.

1 – A dinâmica da economia mineira no período pós-1930.

A década de 1930 foi o ponto de partida para o deslocamento do centro dinâmico da economia mineira da Zona da Mata para a região central do estado. Esta última, dotada de recursos minerais – notadamente o minério de ferro – recebeu, em princípio, os efeitos de estímulo da economia política industrializante do Estado Novo (1937/1945), que a partir daí passa a desenvolver o setor metalúrgico, especializado na produção de bens intermediários para suprir o principal parque industrial do país – São Paulo – em plena expansão. No entanto, somente tal fator não explica o início desse processo de concentração industrial na região central do estado. Há que se entender o componente político do mesmo; ou seja, a articulação política entre um novo segmento do empresariado industrial mineiro – o setor minero-metalúrgico – e o Estado⁸.

A partir da década de 1930, seguindo os passos da industrialização nacional, o papel do setor público mineiro será decisivo⁹ para a implantação de um projeto industrializante nos quadros de uma “modernização conservadora”, cuja ideologia programática será construída pelos industriais ligados ao ramo metalúrgico organizados na FIEMG e na Sociedade Mineira de Engenheiros. Não obstante, no período estado-novista, a relação entre o empresariado industrial e a interventoria fosse nem sempre amistosa, é perceptível a

⁸ A respeito da articulação entre o empresariado do centro do estado e o setor público, consultar: Delgado, Ignácio Godinho. *A Estratégia de um revés. Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

⁹ Sobre o papel do Estado e a política econômica dos governos estaduais no desenvolvimento de Minas Gerais, consultar: Diniz, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. Também: Dulci, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

influência do setor metalúrgico na política de fomento à produção industrial do estado, bem como na luta pela implantação da CSN em Minas Gerais, causa perdida pelos mineiros. Como se sabe a CSN se instalou no estado do Rio de Janeiro, o que gerou acusações por parte do empresariado de Minas ao seu interventor, cujo papel na defesa de Minas foi discreto. Contudo, a produção metalúrgica de Minas ao longo das décadas de 1930 e 1940 aumentou, devido aos estímulos da industrialização nacional¹⁰.

Aqui fazemos uma reflexão sobre a perda do projeto siderúrgico pelos mineiros. Desde os anos de 1920 que o incipiente empresariado industrial ligado ao setor e, mesmo o conjunto das elites do estado, verberavam contra o papel de Minas como sendo simples exportador de minérios. Já que o estado era dotado de grandes jazidas minerais, por que não produzir ferro e aço e transformar-se num grande produtor de bens intermediários? Esta era a principal questão levantadas pelas elites. Um dos episódios mais marcantes dessa época em defesa da siderurgia mineira foi o caso da Itabira Iron, já bastante documentada e comentada. Aliás, o peso que a produção metalúrgica mineira vai ter nas décadas de 1930 e 1940, já comentado, se deve, especialmente, a implantação de duas siderúrgicas na década de 1920 – Belgo-Mineira e Ferro Brasileiro – ambas de capital estrangeiro. Na década de 1930, com a industrialização como carro-chefe do desenvolvimento nacional, a burguesia mineira volta à carga para implantar-se a “grande siderurgia” no estado. A perda desse projeto modificou a estratégia da FIEMG em relação à política industrial do estado. A FIEMG, ainda e sempre liderada pela burguesia metalúrgica, passa a apoiar e a incentivar o governo Valadares a adotar uma estratégia endógena de industrialização, cujo objetivo passa a ser a diversificação do parque industrial mineiro, tendo a região central do estado – notadamente – Belo Horizonte *locus* concentrador da atividade industrial. Exemplo dessa perspectiva foi a criação da Cidade Industrial de Contagem, idealizada mesmo antes de se consubstanciar a perda da CSN. O objetivo de Contagem, em seu plano teórico, ultrapassava os objetivos de apenas concentrar indústrias vinculadas ao setor metalúrgico, e sim, diversificar a produção industrial do estado.

¹⁰ Segundo Diniz, a produção de ferro-gusa, estimada em menos de 2.000 toneladas em 1920; alcançou 158.739 toneladas em 1940. A produção de aço, inexistente em 1920; atingiu 85.397 toneladas em 1940. Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% do ferro-gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil. Diniz, Clélio Campolina. Op.cit., pg., 26.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 a FIEMG participou ativamente das políticas econômicas do estado, principalmente, fornecendo membros para a composição dos quadros técnicos dos governos Milton Campos (1947/1951) e Juscelino Kubitschek (1951/1956). Na verdade, com a queda do Estado Novo, a FIEMG contribuiu para a formação de quadros no estado, dos dois principais partidos conservadores do período democrático – 1946/1964 – a UDN e o PSD.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas do governo JK – 1956/1960 – o quadro de acumulação do capital no Brasil inicia substancial transformação em direção à esfera financeira, cuja entrada do capital internacional será decisiva para a dinâmica dessa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A estratégia do governo Kubitschek assentou-se naquilo que os sociólogos da *teoria da dependência* denominaram de *desenvolvimento capitalista associado-dependente*, no qual o Estado e o capital estrangeiro passam a determinar o processo de industrialização nacional. Ou seja, ao Estado, cabia dotar o país de infra-estrutura e investir em alguns setores produtores de *bens intermediários*; já o capital externo, além, também de investimentos naquele setor, direcionou suas atividades para a produção de *bens de capital*; setor este pouco desenvolvido no país e propício para o avanço das multinacionais.

É importante ressaltar que, a entrada do capital internacional no Brasil a partir daquele momento e que se intensificou no regime militar ancorou-se, além, na própria ideologia da burguesia e da tecnoburocracia brasileira, num momento favorável do crescimento do mercado mundial, com a reestruturação da Europa e do Japão com a ajuda dos EUA. Trocando em miúdos, a segunda metade da década de 1950 inicia um período favorável para as empresas européias e japonesas à competirem com os norte-americanos no mercado internacional. Assim, nas décadas de 1960 e 1970, sempre quando houver excesso de liquidez internacional propiciado por superávit da massa de reserva dos principais países industrializados, o movimento internacional de capitais se expandirá em direção ao *terceiro mundo*, dentro da estratégia de homogeneização dos processos produtivos, característica principal do novo padrão de crescimento econômico do período posterior à Segunda Guerra Mundial, a qual padronizou as formas de mercado e consumo à escala mundial. Como afirmou Possas, pela primeira vez a própria produção e não apenas o

mercado tornou-se internacionalizada¹¹. É o momento em que as economias capitalistas desenvolvidas chega-se a “maturidade”; ou melhor, é o momento em que os EUA impõem seu padrão de industrialização, baseado na verticalização de sua estrutura industrial à escala mundial.

Em Minas Gerais a entrada maciça de capitais estrangeiros remonta ao final da década de 1960 e se intensifica na década de 1970. No entanto, mesmo antes dessa intensificação, e além da implantação pioneira da Belgo-Mineira na década de 1920, Minas viveu uma experiência de articulação entre o setor público e o capital internacional no desenvolvimento da USIMINAS, que passou a funcionar em 1962. As *joint-ventures* – fusão de capital estatal e estrangeiro – vão ser muito comuns ao longo da década de 1970 quando no país se consolida a matriz industrial.

É no passo dessa articulação, impulsionada pelo regime militar e que, em Minas Gerais, terá grande acolhida no meio da burguesia e nos setores tecnoburocráticos, que o estado abrigará uma grande quantidade de multinacionais, consolidando assim, sua estrutura industrial.

Tal estrutura, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, diversificou a atividade industrial em termos de setores e ramos; apesar de, em nível geográfico, concentrar a produção na região central do estado, no entorno de Belo Horizonte.

Em suma, pensamos ser, em linhas gerais, a dinâmica da economia mineira no período pós-1930. Isto é, assentada num projeto de industrialização conduzida pelo Estado e, a partir da segunda metade da década de 1950, consubstanciada pelo capital estrangeiro.

2 – A dinâmica da indústria de Juiz de Fora.

Dos estudos que submetemos a análise em nossa tese, o de Souza Paula é o único que trata da trajetória da indústria juiz-forana pós-1930. Faremos um breve comentário sobre suas considerações para depois discutirmos nossa visão sobre como Juiz de Fora se insere na industrialização brasileira.

¹¹ POSSAS, Mário Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil*. Vol., 2, 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

Segundo a autora¹² os fatores que levaram à estagnação, declínio e mesmo *desindustrialização* de Juiz de Fora a partir da década de 1930 e, por isso, ela a caracteriza como uma indústria periférica, são analisados da seguinte forma.

Em primeiro lugar, aponta para a concentração setorial daquele parque industrial nos ramos de *bens assalariados* – notadamente têxteis e alimentos – que, segundo ela foi condizente nos primeiros anos do desenvolvimento industrial brasileiro, mas que não conseguindo se diversificar em novos ramos, perdeu na etapa que ela denomina, *industrialização propriamente dita*, seu ritmo de desenvolvimento. Desta forma, segundo Souza Paula, estes ramos vão dominar, mesmo que apresentando importantes baixas na sua capacidade produtiva, aquele parque industrial ao longo de todo o processo de industrialização. De acordo com a autora, no início da década de 1960 foram instaladas indústrias ligadas aos setores de material cirúrgico (Beckton Dickson) e máquinas de escrever (FACIT), contudo, não foram suficientes para reestruturar e dinamizar a indústria de Juiz de Fora.

Outro fator apontado pela autora foi a dimensão das empresas. Segundo ela, no momento em que a estrutura industrial nacional se organiza na forma de oligopólios e grandes empresas concentradoras de capitais, a indústria juiz-forana continuou no seu formato de pequena empresa familiar o que impediu o desenvolvimento de empresas suficientemente capazes de acompanhar o ritmo do crescimento e competir com outros parques industriais. Mesmo as empresas têxteis de grande porte, existentes na década de 1930 – muitas criadas no final do século XIX – permaneceram com a mesma organização, que em que pese continuarem funcionando ao longo das décadas de 1940 e 1950, tiveram sua produtividade freada.

Dentro desse contexto, a autora aponta para um outro fator da estagnação da indústria juiz-forana, qual seja, a falta de “espírito empresarial”. Ou seja, por estar inserida numa estrutura organizacional do tipo familiar, aquela indústria teria se fechado em si mesma. Assim, segundo ela, à medida que os verdadeiros industriais fundadores daquelas empresas foram desaparecendo, os seus descendentes teriam alimentado um tipo de

¹² Paula, Maria Carlota Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. (Mestrado). Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1976. Principalmente o Capítulo IV, pp., 81-147. Para evitar notas desnecessárias, nos basearemos nosso comentário exclusivamente no referido capítulo deste estudo.

administração desinteressada, desvinculados da realidade empresarial e dos processos que a regiam e, mesmo que não se admite uma relação direta, onipresente, entre controle familiar e esclerosamento da empresa, tal controle hereditário constituiu-se num fator negativo, pois estas empresas não procuraram se modernizar diante dos desafios da nova dinâmica da economia brasileira, o que afetou o nível de capitalização das indústrias.

Outro fator que a autora aponta como relevante é o caráter de dependência das indústrias de Juiz de Fora, tanto na área tecnológica, quanto de matérias-primas. No que toca à primeira condição, as fábricas de Juiz de Fora, por muito tempo, foram supridas pelos equipamentos estrangeiros. Com o crescimento da indústria mecânica paulista, e com as medidas de proteção à mesma, transferiu-se para São Paulo o centro dessa dependência. São Paulo passou a suprir o parque industrial juiz-forano fornecendo-lhes a grande maioria dos equipamentos necessários.

Quanto à segunda, a Zona da Mata também não produzia as matérias-primas necessárias para a produção industrial, de modo que as indústrias juiz-forana ficaram dependentes da importação daquelas de outras regiões do estado e mesmo de outras regiões do país. Um exemplo que a autora nos dá, é o algodão, matéria-prima essencial da indústria têxtil local, que era importado, o que segundo ela encarecia o produto final.

A autora também aponta para o fator mercado, como ponto de estrangulamento daquela indústria. Vimos que o principal mercado da indústria juiz-forana no período anterior à década de 1930 era o próprio mercado regional, mas também, conseguia vender sua produção nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de outras regiões de Minas Gerais e do país. Segundo Souza Paula, na década de 1930, as maiores indústrias têxteis de Juiz de Fora tinham como base inicial de mercado, o Rio de Janeiro e São Paulo. Aproximadamente de 70 a 80% da produção destas fábricas eram distribuídas naqueles respectivos mercados. No entanto, a autora analisa que o tipo de comercialização não era feita diretamente com o consumidor, e sim, via grandes casas comerciais. Eram estes grandes comerciantes, que, determinavam a produção local e a dimensão do mercado. Isto posto, a indústria juiz-forana na opinião da autora ficou dependente das grandes casas comerciais, as quais situadas nos principais centros desenvolvidos do país – Rio de Janeiro e São Paulo – manipulavam as indústrias regionais.

Ademais, no período da Segunda Guerra e posterior, as fábricas de tecidos de Juiz de Fora serviram de “acabadoras” de produtos para estas grandes casas comerciais e demais indústrias situadas no pólo industrial do país. Esta relação, de acordo com Souza Paula, só reforçou os laços de dependência da indústria local, o que contribuiu para sua estagnação. O próprio mercado regional da Zona da Mata que antes era quase que exclusivo da indústria juiz-forana, foi invadido pela produção das principais regiões industriais do país.

Por fim, Souza Paula aponta para a infra-estrutura como fator importante para o estrangulamento do crescimento industrial de Juiz de Fora. Segundo ela, se a infra-estrutura – transporte, energia, comunicação e serviços urbanos – foram importantes para desencadear o que ela denominou de **surto de industrialização** daquela cidade, a sua não modernização a partir da década de 1930, impediu seu crescimento industrial.

Todavia, como a autora mesmo ressalva a partir da década de 1930 a infra-estrutura passa a ser um problema nacional, isto é, o governo federal é que vai ficar a cargo de suprir o país de uma infra-estrutura capaz de levar a cabo a industrialização, articulando com os governos estaduais os principais eixos estruturais.

No que toca à energia elétrica, até a criação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), havia um problema crônico de distribuição de energia no estado, o que para a autora contribuiu para a estagnação da indústria juiz-forana, pois a Zona da Mata como região pioneira na criação de Cias. de eletricidade, era abastecida pelas Cia. privadas que se fundaram ali. No entanto, tais Cias. não procuraram se modernizar ou não receberam os estímulos necessários, como afirma a autora, para que aumentassem sua capacidade de geração e distribuição de energia, o que impediu a atração de investimentos para Juiz de Fora.

No que se refere aos transportes, como vimos, se a Zona da Mata foi pioneira na criação de um moderno sistema de transporte – rodoferroviário – ao longo da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a partir da década de 1930, não contou com seu desenvolvimento satisfatório, deixando Juiz de Fora de se beneficiar de um sistema viário que pudesse trazer vantagens diferenciais na forma de economias externas, à produção industrial, como por exemplo aeroportos, modernização das ferrovias e rodovias.

Soma-se a isto o sistema falho de telecomunicação e a falta de investimentos no setor urbano, como por exemplo abastecimento de água. Todos esses fatores contribuíram, segundo Souza Paula, para o declínio da indústria de Juiz de Fora.

Além de todos os fatores apontados anteriormente, a autora inclui a hipótese de caráter político, qual seja, a falta de representação política dos industriais de Juiz de Fora, fator importante, segundo ela, para o declínio daquele parque industrial. Em linhas gerais, a autora afirma que os políticos de Juiz de Fora, ficaram à margem do jogo político mineiro ao longo da “República Velha”, o que, em que pese a situação de principal cidade industrial de Minas Gerais, não a condicionou a participar de forma representativa na política mineira. Com efeito, os interesses dos industriais ficaram prejudicados. Essa falta de representatividade também será sentida a partir da década de 1930, sendo condição importante para a estagnação da indústria local, devido a ausência de políticas de interesse.

Os argumentos apontados por Souza Paula foram coerentes com o seu objetivo e devem ser levados em consideração como limites impostos ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora no período pós-1930. Todavia, há que se tecer algumas considerações que julgamos importantes.

Em primeiro lugar, seu objetivo, como vimos, é mostrar que o declínio da indústria de Juiz de Fora se deu, particularmente, devido sua perda como principal centro industrial do estado para região central e, portanto, toma como referência a análise comparativa daquele parque industrial em relação às indústrias que estão sendo instaladas em Belo Horizonte – nova capital de Minas Gerais e principal centro industrial daquela região. Ora, é claro que Belo Horizonte, como já demonstramos, vai se beneficiar de sua posição geográfica – rica em minérios – nesta nova dinâmica da economia brasileira impulsionada pela determinação do capital industrial-financeiro. Também, como mencionamos, as políticas econômicas dos governos estaduais, articuladas com os interesses dos industriais, ao longo do período, centraram seus objetivos para a concentração industrial naquela região.

Assim, não é comparando a indústria de Juiz de Fora com a de Belo Horizonte que vamos concluir que aquela entrou em estagnação. Como veremos adiante, se tomarmos como base apenas os dados estatísticos da indústria de Juiz de Fora comparando sua estrutura industrial ao longo do processo de industrialização nacional, verificaremos que

não ocorreu estagnação daquele respectivo parque industrial, e sim, que ele está inserido numa nova dinâmica da economia brasileira, recebendo até mesmo estímulos para sua diversificação, o que não tira o seu caráter de **industrialização periférica**.

Em segundo lugar, com relação a concentração setorial nos ramos de *bens assalariados* – particularmente têxtil – pensamos que em vez de fator negativo, foi justamente a porta de entrada daquele parque industrial no processo de industrialização brasileiro. O que acontece é que a autora, em seu referido estudo, radicaliza o conceito de **centro-periferia** cepalino, o que, por suposto, deixa de compreender o modo de como vai se estruturando o capitalismo no Brasil a partir da interface Estado-integração do mercado nacional-industrialização. Isto posto, subordinação as grandes casas comerciais e o caráter de dependência dessa indústria, na verdade, passam a ser irrelevantes quando se trata de compreender a natureza do processo de industrialização nacional.

Também, no que toca ao caráter de dependência da indústria juiz-forana, seja tecnológico, matérias-primas ou mesmo, dependentes de outras indústrias, tem que ser relativizado, pois a principal característica do capitalismo é justamente a integração de mercados. Juiz de Fora não poderia ser uma “ilha auto-suficiente” para que sua indústria se desenvolvesse plenamente. Então, parece-nos irrelevante o adjetivo *dependente* relacionado ao contexto nacional. Coisas do tipo, dependente do mercado paulista, da indústria de equipamentos paulista, etc., é não compreender a realidade histórica do processo de consolidação do **modo de produção capitalista no Brasil**.

Numa palavra, a relação industrialização e integração do mercado nacional que teve como centro dinâmico – São Paulo – gerou efeitos de encadeamento de estímulos ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, mesmo de forma indireta. Ademais, o conceito de **centro-periferia** utilizado por Souza Paula é relevante para a análise do desenvolvimento desigual entre Estados Nacionais. Não há aplicação plausível em relação as regiões de um mesmo país, pois o desenvolvimento do capitalismo como forma de produção específica numa determinada nação pressupõe integração daquele mercado interno e certa hierarquia produtiva de acordo com os interesses ditos “nacionais”.

O que concordamos com a autora, e isto sim, é um fator negativo como limite do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, é a falta de articulação entre as empresas no sentido de integrar capitais para constituir unidades fabris maiores divididas dentro de um

padrão oligopólico de empresa que aí, sim, pudessem elevar a competitividade das mesmas. Neste ponto, atrelada ao modo familiar de organização das empresas, muitas delas acabaram por falir.

A respeito da falta de representatividade dos industriais de Juiz de Fora no contexto político mineiro, também pensamos, como Souza Paula, que é um fato que se deve relevar. Mas, mais do que essa falta de representatividade no jogo político estadual, é a não articulação dos industriais locais com a estrutura sindical patronal criada no início da década de 1930, que deu origem a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Em que pese o primeiro presidente desta entidade tivesse sido um industrial de Juiz de Fora, José Carlos Moraes Sarmiento, ligado ao setor têxtil e presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, os industriais juiz-foranos, com sua mentalidade “liberal oitocentista”, ficaram à margem daquela estrutura por não aceitarem, ou mesmo não entenderem o movimento do modelo corporativo que estes sindicatos estavam desenvolvendo e o próprio caráter de centralização política do país, cujos principais beneficiários eram os mesmos industriais. Com efeito, a não integração dos industriais juiz-foranos com os demais industriais do estado, deixava a indústria local vulnerável frente aos desafios da nova dinâmica da economia brasileira¹³.

Como já afirmamos, a FIEMG desde sua fundação transformou-se na principal formuladora e articuladora do projeto de industrialização do estado; ademais, constituiu-se, ao longo do período, num dos principais órgãos de representação dos interesses dos industriais do Brasil e junto com a FIESP não só tiveram como ainda têm voz ativa nas políticas de Estado voltadas para a indústria.

Acerca da infra-estrutura como estrangulamento, principalmente, no caso dos transportes, como a autora mesmo afirmou, a partir da década de 1930 foi nacionalizado o problema. Se este constituiu-se um fator de impedimento para o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, tem que ser amenizado, pois a partir da década de 1950, com a consolidação da opção rodoviária do governo federal, Juiz de fora se interligou com dois dos principais eixos rodoviários que cortavam o país, quais sejam, a BR-040 que liga Rio de Janeiro à Brasília e que, na década de 1970 foi duplicada justamente até a altura daquela

¹³ Os industriais de Juiz de Fora através do **Centro Industrial de Juiz de Fora** somente se incorporarão no sistema FIEMG, a partir de 1954, quando da campanha contra o “novo salário mínimo” proposta do Governo Vargas.

cidade; e, a BR-116 que liga o Rio Grande do Sul ao Pará e que passa próximo à Juiz de Fora, no trecho da divisa entre os estados do Rio e de Minas. Deste modo, há que se relativizar, a infra-estrutura como fator de estrangulamento do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, pelo menos no que toca aos transportes.

Por fim, embora a autora ter analisado de passagem a decadência econômica da Zona da Mata com a crise da economia cafeeira, como limite imposto ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, achamos que deve ser melhor qualificado tal abordagem. Souza Paula afirma que a crise da cafeicultura gerou uma grande pauperização na região, em que a produção cafeeira foi substituída em parte naquele território pela pecuária leiteira. Tal atividade não contribuiu para a formação de aglomerados urbanos ou para um mercado rural satisfatório, dada a exigüidade de mão-de-obra que exige, ao mesmo tempo em que utiliza áreas bastante amplas.

Discordamos dessa análise, pois desde, pelo menos o último quartel do século XIX, vinha se desenvolvendo na esteira da economia cafeeira uma produção mercantil de alimentos¹⁴. Isto posto, o quadro de pauperização da região com a crise do setor cafeeiro é, para nós, um tanto exagerada. É claro, que o vigor da economia cafeeira era peça chave para a produção industrial local. É claro também que a sua crise impôs certo limite a este desenvolvimento. Todavia, tal limite não pode ser computado exclusivamente à queda do poder de compra do mercado regional, como defende Souza Paula.

A nosso ver, isto está ligado mais ao caráter pré-capitalista das relações de produção na agricultura que toma corpo a partir do fim da escravidão que ensejou novas formas de trabalho livre, mas não predominantemente assalariadas, e que perdura, em parte, até os dias atuais. Ou seja, o mercado regional, embora importante para a produção industrial local era limitado, pois esbarrava na baixa monetização das relações de produção na agricultura. Portanto, o mercado regional para indústria juiz-forana, em que pese sua importância para o espocar da produção industrial, constituía-se incapaz de assegurar o próprio movimento de reprodução do capital industrial em seu espaço.

¹⁴ Sobre os estudos ligados ao tema da produção mercantil de alimentos na Zona da Mata, consultar: Souza, Sônia. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1998. Saraiva, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. op.cit.

Em resumo, o que queremos afirmar é que, se Juiz de Fora foi cidade importante na primeira etapa do processo de industrialização brasileiro, no período anterior à 1930, não poderia ter se transformado num “baú de ossos” na etapa posterior de tal desenvolvimento. A análise de sua dinâmica industrial tem que ser feita a partir de como a **industrialização** agora determinada pelo **capital industrial-financeiro** vai constituindo um mercado nacional capitalista, criando os efeitos de encadeamento necessários para a própria reprodução do capital.

Dentro desse contexto, a industrialização brasileira pós-1930 e, principalmente, a partir da década de 1950, procurou integrar todos os espaços econômicos regionais, criando uma divisão territorial do trabalho – hierarquizada, mas não rígida – onde as regiões, dentro de suas particularidades, pudessem se inserir no mercado nacional. Isto posto, a nosso ver, Juiz de Fora, se inseriu em tal processo com sua produção industrial. Produção esta vinculada a uma estrutura industrial pequena, periférica; organizada empresarialmente em moldes ultrapassados e com pouca força política na defesa dos seus interesses. Contudo, mesmo apresentando estas situações adversas, o parque industrial juiz-forano recebeu os estímulos da dinâmica nacional e apresentou, ao longo do processo de industrialização pós-1930, crescimento de sua produção industrial e diversificação em sua estrutura.

Para confirmar nossas hipóteses, vejamos os dados estatísticos que organizamos a partir dos Censos industriais e Demográficos do IBGE.

3 – A estrutura industrial de Juiz de Fora no período 1930-1985.

Analisando os Censos Industriais e Demográficos do IBGE, percebemos que, em primeiro lugar, é no crescimento demográfico que a tese da estagnação cai por terra. Como uma cidade pode saltar de 51.392 habitantes em 1920 – auge da industrialização conduzida pela dinâmica cafeeira – para quase 600.000 habitantes em 1991? Tal crescimento não pode se vinculado à expansão agrícola e muito menos, somente, ao setor de serviços. Está claro, visto pelos dados contidos nos Censos, que o componente industrial foi fator decisivo para a expansão demográfica do município, estimulando outros setores da atividade econômica. (Ver Gráfico 1 do Apêndice Estatístico).

Em segundo lugar, percebemos que, ao longo de todo o período, a atividade industrial de Juiz de Fora cresceu em números absolutos; ou seja: houve crescimento dos estabelecimentos industriais (Gráfico 2); número de pessoal ocupado (Gráfico 3); valor da produção industrial (Gráficos 5 e 6); e, valor da transformação industrial (Gráficos 7 e 8). Também, percebemos diversificação do parque industrial daquela cidade; não obstante, concentrar sua atividade no ramo de *bens de consumo assalariados*, liderados pelos setores têxtil e vestuário.

Contudo, percebe-se, a partir de 1970, crescimento significativo dos ramos de *bens de capital* – principalmente o setor mecânico –; e, *bens intermediários* – particularmente o setor metalúrgico (Ver Gráficos 9, 10, 11 e 12).

De acordo com os dados contidos no Apêndice Estatístico, a partir de 1970, setores como a metalurgia e a mecânica expandem suas atividades naquele município, passando a se constituírem, ao lado dos setores tradicionais – têxteis e vestuário – como principais do parque industrial de Juiz de Fora. Como demonstram os Gráficos 4 e 13, em termos de ocupação, percebemos queda da participação do setor têxtil e aumento da participação relativa dos setores vestuário, metalúrgico e mecânico (Gráfico 4). Em 1985, a soma percentual destes quatro setores representava aproximadamente 66% da mão-de-obra empregada na atividade industrial de Juiz de Fora. Sendo que a metalurgia e a mecânica juntas representavam 27% e os setores têxtil e vestuário juntos, aproximadamente 40%.

Em termos de VPI e VTI, percebemos um significativo aumento do setor metalúrgico como demonstra o Gráfico 13. Isto se explica devido ao processo de maturação dos investimentos feitos ao longo da década de 1970, com a implantação da Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Jr. (adquirida pela Belgo-Mineira na década de 1990). Também o referido gráfico mostra uma equiparação entre os VPI's e VTI's dos setores mecânico têxtil e vestuário. Explica-se, pois, a mecânica é um setor organizado por empresas de pequeno e médio porte, onde se destaca a Mecânica Industrial Mineira, a maior do setor, na primeira metade da década de 1980. Já o setor de vestuário, percebe-se que, dos principais setores analisados, é a que tem o maior número de estabelecimentos, devido serem estes organizados em pequenas e médias malharias; não obstante apresentar fábricas de grande porte como a Master.

Um outro setor que aparece no Gráfico 13, como principal, é o químico. Este apresenta substancial crescimento em termos de VPI e VTI. Tal setor vai participar com aproximadamente 12% do VPI e 7% do VTI no conjunto da atividade industrial de Juiz de Fora.

No que toca à participação de Juiz de Fora no quadro total da atividade industrial do estado de Minas Gerais, percebemos algo curioso. Não obstante, sua pequena participação, devido, como já foi aludido, à concentração industrial no entorno da capital – Belo Horizonte –; a cidade encontrava-se, em 1985, na quarta posição em termos de massa salarial, valor da produção industrial, valor da transformação industrial; terceira em termos de ocupação; e segunda no número de estabelecimentos industriais no conjunto do estado, como demonstra o Gráfico 14.

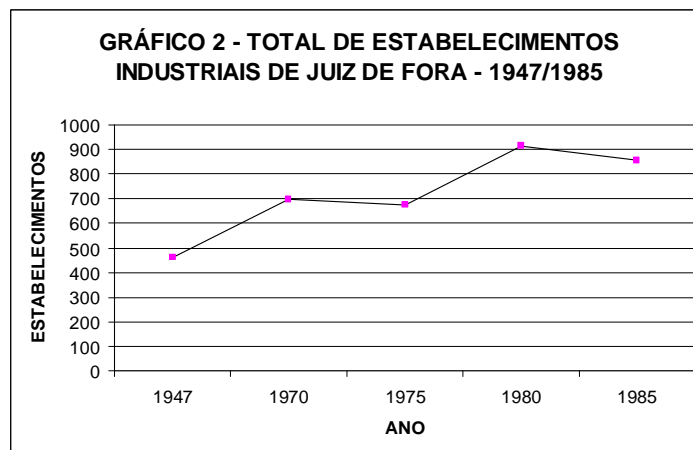
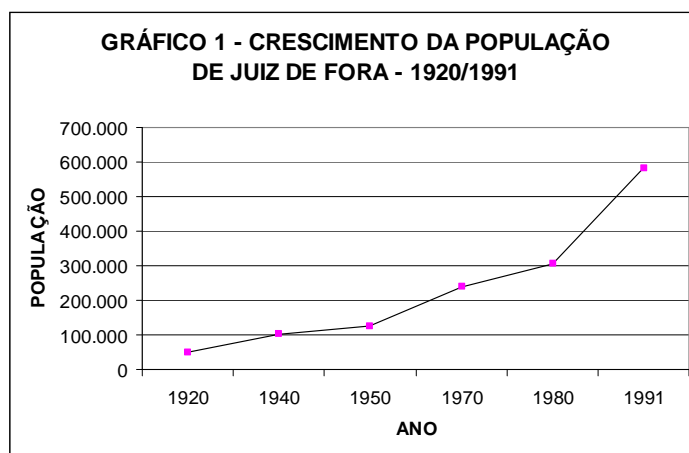
Em nível dos setores industriais, encontramos outras peculiaridades. Ou seja, setores como mobiliário, papel & papelão, borracha, produtos farmacêuticos & veterinários, materiais plásticos, editorial & gráficas, e alimentos & bebidas, que representavam pouca participação relativa no valor da transformação industrial de Juiz de Fora; apresentam participação significativa no conjunto do estado, como demonstra a Tabela 2 do apêndice estatístico.

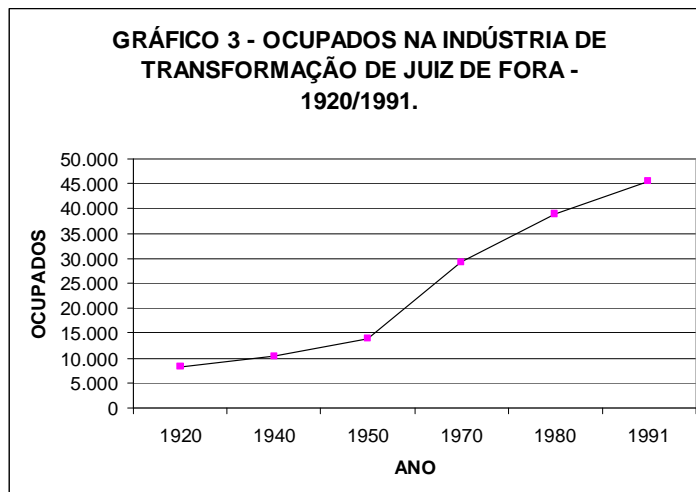
Considerações finais.

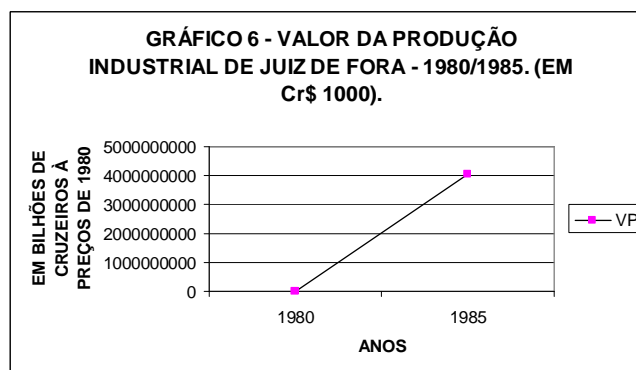
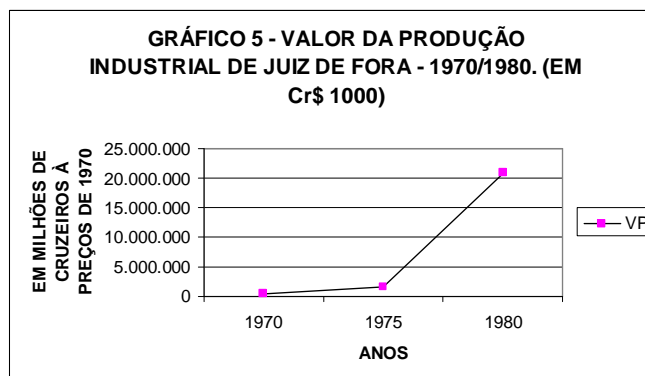
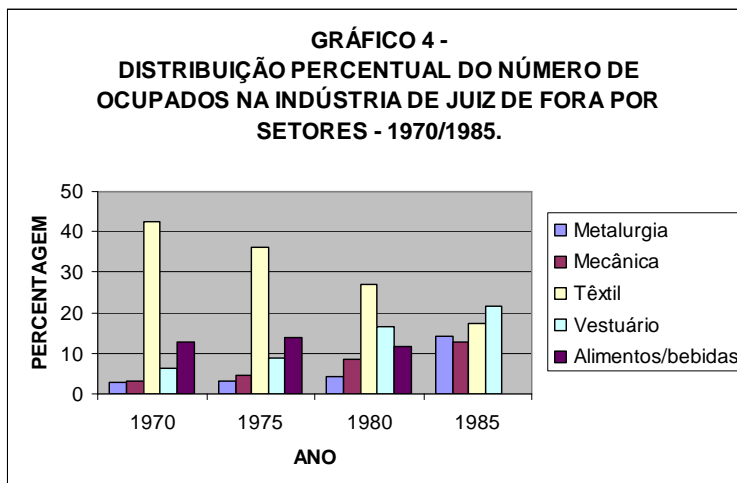
Em suma, esperamos ter demonstrado a partir deste estudo, que a indústria juiz-forana ficou longe de uma suposta estagnação de sua atividade, ou mesmo ter entrado num processo de declínio ou “desindustrialização”, como afirmou Souza Paula. Mais uma vez reiteramos que, a dinâmica da indústria de Juiz de Fora pós-1930 tem que ser estudada no contexto das transformações estruturais na economia e sociedade brasileira e mineira do período, não podendo ser dissociada da mesma. Assim, não questionamos o caráter *periférico* do parque industrial daquela cidade, e sim, que não podemos corroborar com as características imputadas por estudos anteriores. Dentro desse contexto, afirmamos que a dinâmica da atividade industrial de Juiz de Fora se deu via um crescimento diferenciado daqueles ligados diretamente ao principal pólo industrial nacional, recebendo deste, inclusive, os efeitos de estímulos. Ou seja, se Juiz de Fora deixou de ser um importante

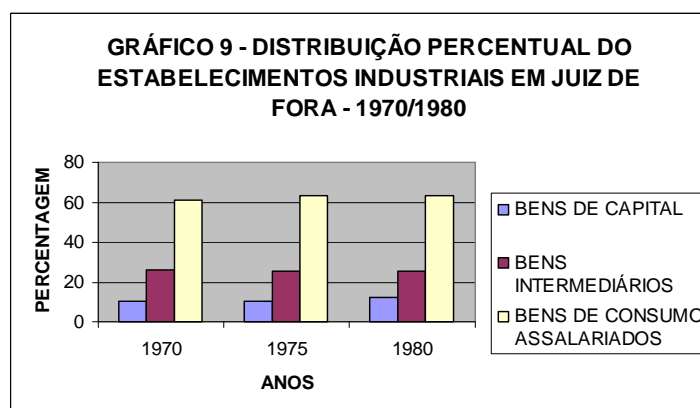
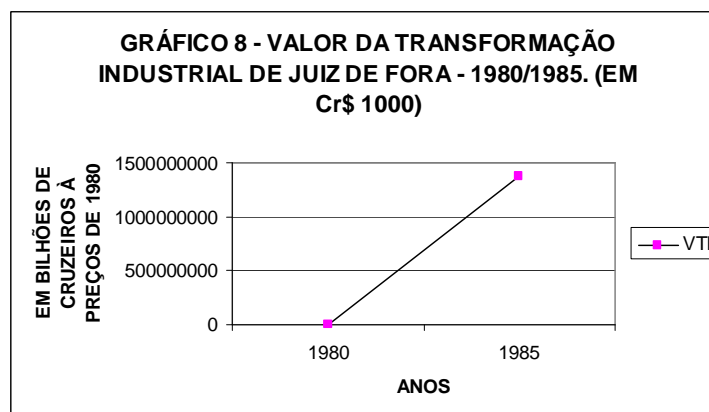
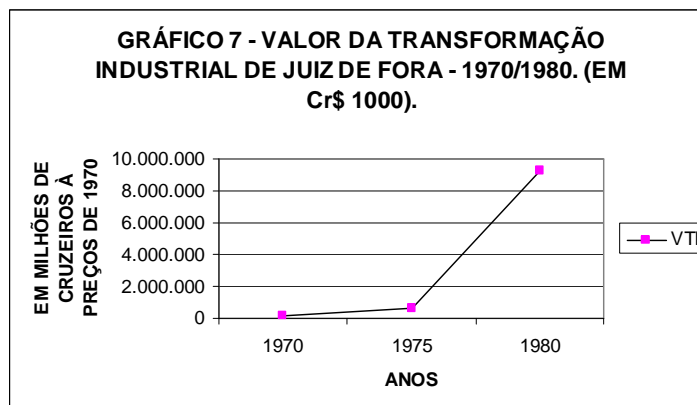
centro industrial de Minas Gerais e do país no período pós-1930, isso não quer dizer que a cidade se transformou num imenso **baú de ossos**, e sim, que mesmo distante dos objetivos da economia política tanto do pólo industrial nacional, quanto do governo mineiro, apresentou crescimento de sua atividade industrial ao longo do período considerado, fruto da própria dinâmica da industrialização nacional.

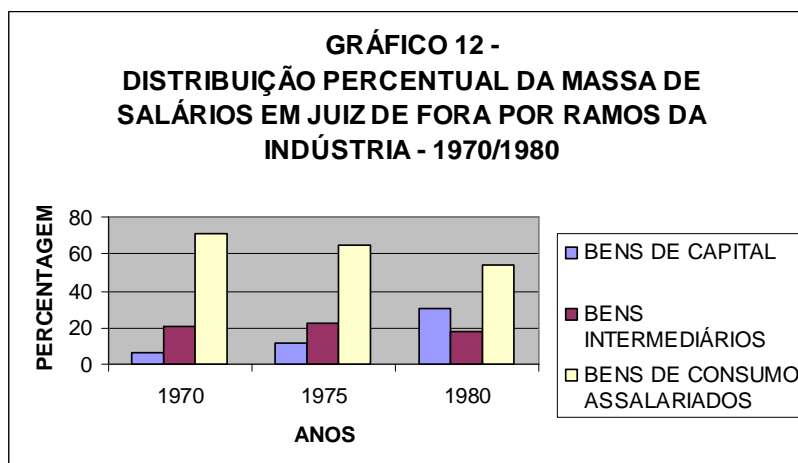
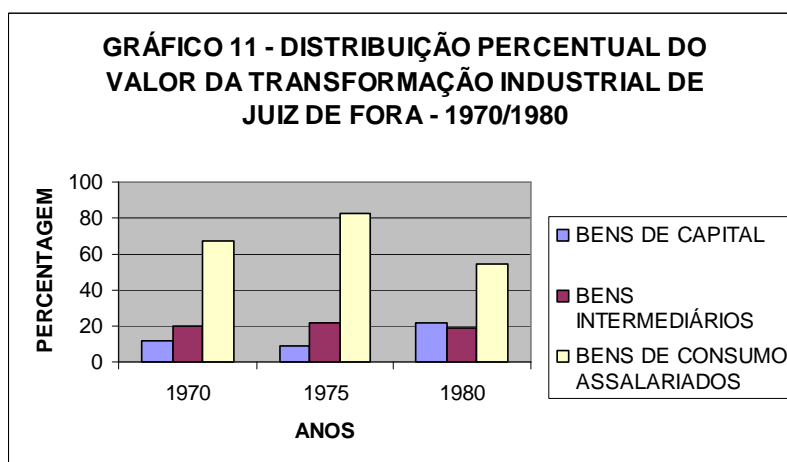
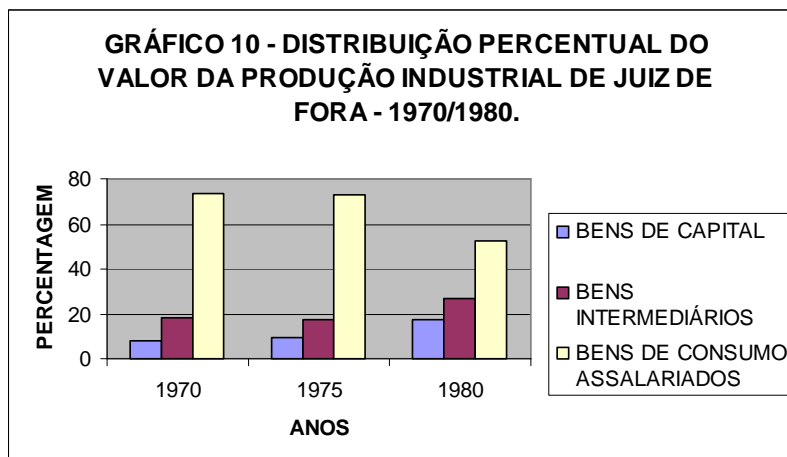
Apêndice estatístico.

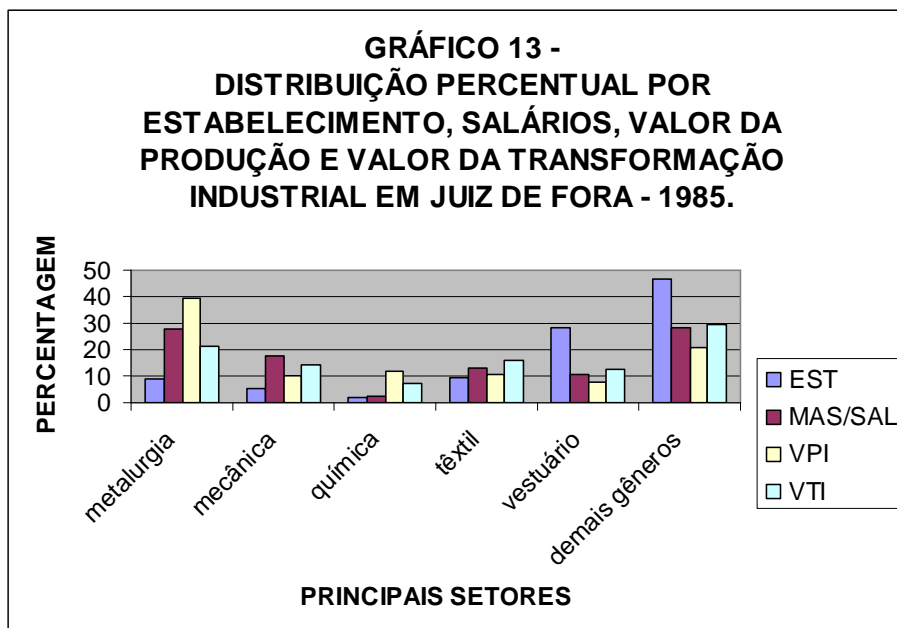










**TABELA 1****PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ATIVIDADE INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA NO QUADRO TOTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 1970/1985.**

ANO	ESTABELECIMENTOS	OCUPAÇÃO	MASSA SALARIAL	VPI	VTI
1970	4	6	5	3,8	4,1
1975	3,5	5,4	3,8	2,7	3
1980	3,9	4,7	2,8	2,4	2,8
1985	3,6	4,8	4	4	3,2

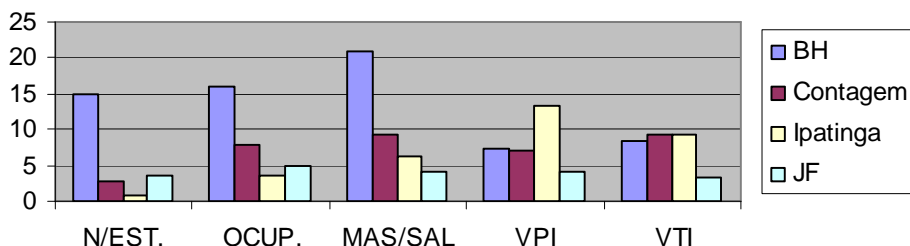
FONTE: Censos Industriais. Séries Regionais. 1970, 1975, 1980, 1985.

TABELA 2**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA NO QUADRO TOTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 1980.**

SETORES	%/MG
MECÂNICA	3,8
MOBILIÁRIO	5,8
PAPEL & PAPELÃO	10,1
BORRACHA	4,9
QUÍMICA	1,8
FARMÁCIA & VETERINÁRIA	7,8
MATERIAL PLÁSTICO	3
TÊXTEL	11
VESTUÁRIO	10,6
ALIMENTOS & BEBIDAS	10
EDITORIAL & GRÁFICA	3,1

FONTE: Censos Industriais. Séries Regionais. 1970, 1975, 1980, 1985.

GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, OCUPAÇÃO, MASSA SALARIAL, VPI E VTI - 1985.



Fontes e bibliografia.

Fontes:

IBGE. Censos Demográficos. 1940, 1950, 1970, 1980, 1991.

IBGE. Censos Industriais. 1940, 1950, 1970, 1975, 1980, 1985.

Bibliografia:

Delgado, Ignácio Godinho. *A Estratégia de um revés. Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

Diniz, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978.

Dulci, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Giroletti, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

Miranda, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1990.

Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de. *...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "Baú de ossos". História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica"*. (Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 2006.

Paula, Maria Carlota Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. (Mestrado). Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1976.

Pires, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993.

Pires, Anderson. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

POSSAS, Mário Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil*. Vol., 2, 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

Saraiva, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900*.

Souza, Sônia. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1998.